

A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 1960: O CONTEXTO PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE MATEMÁTICA NA UEM

Antonio Peixoto de Araujo Neto
Universidade Estadual de Maringá
prof.antoniopeixoto@feitep.edu.br

Lucieli M. Trivizoli
Universidade Estadual de Maringá
lmtrivizoli@uem.br

Resumo:

Neste trabalho temos por objetivo descrever o contexto para a criação do curso de Matemática na Universidade Estadual de Maringá por meio de um estudo sobre a interiorização do ensino superior no Estado do Paraná a partir da década de 1960 com o olhar voltado ao desenvolvimento das instituições de ensino superior em Maringá. Para tanto, construímos uma narrativa histórica por meio de uma revisão bibliográfica e documental. Buscamos identificar quais foram os primeiros centros de ensino superior interioranos no Estado do Paraná a partir da década de 1960 e quais os interesses para a expansão do ensino superior em Maringá. As nossas análises evidenciaram que a difusão de instituições em regiões não centrais do Estado deu-se pela intenção do governo em expandir o ensino superior, desenvolvendo cidades polos e regiões, sanar a lacuna de professores do ensino secundário e suprir a demanda para a formação de demais profissões.

Palavras-chave: História da Matemática no Brasil; Historiografia da Matemática; Ensino Superior no Estado do Paraná.

1. Introdução

O curso de Matemática da Universidade Estadual de Maringá (UEM) é ofertado em duas modalidades: licenciatura (desde 1971) e bacharelado (desde 1996). O curso foi criado há mais de 40 anos e desde então tem contribuído para que o Departamento de Matemática da UEM seja uma referência para a formação do matemático e do professor de matemática em níveis de graduação, pós-graduação e cursos de aperfeiçoamento para professores da rede pública de educação da região noroeste do Estado do Paraná.

O presente trabalho é recorte de uma dissertação de mestrado cujo objetivo foi de investigar historicamente a criação e o desenvolvimento do curso de Matemática da Universidade Estadual de Maringá em um período compreendido entre 1969 e 1982.

Há uma corrente de pesquisadores engajados em constituir uma historiografia da institucionalização da Matemática no Brasil e este trabalho está inserido nesta corrente. Este trabalho está inserido no tema da História da Matemática e no subtema da História Institucional. A escrita da História da Matemática no Brasil é recente, em especial a escrita da História das Instituições. De acordo com Baroni e Nobre (1999), com relação às organizações institucionais pode-se dizer que há um campo totalmente aberto e inexplorado, naquilo que diz respeito à História da Matemática no Brasil.

Para Baroni e Nobre (1999), os temas de pesquisas em História da Matemática podem ser divididos em diversas frentes, dentre elas a História da Educação Matemática que

Engloba tema de extrema importância tanto para a compreensão do desenvolvimento da Matemática no Brasil como para a de seu Ensino. São vários os subitens que se incorporam a este item, dentre eles a História das Instituições – sejam elas de formação de Matemáticos e professores de matemática, ou instituições do ensino médio, básico, profissional, militar, específico etc. (BARONI E NOBRE, 1999, p. 133)

De acordo com Trivizoli (2008), o resgate histórico-institucional proposto baseia-se no entendimento de que a História não se faz exclusivamente dos fatos do passado, mas também da participação de pessoas inseridas em uma sociedade e, neste caso, envolvidas no processo de desenvolvimento científico. Retratar o contexto ou situação de uma determinada época é de valia para que possamos entender o processo de transformação e construção da comunidade matemática brasileira.

Assim, neste artigo, o nosso objetivo é descrever o contexto da interiorização do Ensino Superior no Estado do Paraná a partir da década de 1960 com um olhar para o Ensino Superior em Maringá. A escolha desta década justifica-se pelo fato de o curso de Matemática da UEM ter sido criado em 1969. Assim, uma análise sobre as cercanias do curso fez-se necessária para melhor compreensão do objeto de estudo, situando-o como um desdobramento de interesses sociais, políticos e econômicos.

Neste trabalho, buscamos respostas às seguintes questões: quais foram os primeiros centros de ensino superior interioranos no Estado do Paraná a partir da década de 1960? Quais os interesses para a expansão do ensino superior Maringá? Para responder a estas perguntas, apresentamos, no que segue, o nosso posicionamento metodológico para as análises feitas, realizamos uma análise panorâmica da situação política e econômica do Estado do Paraná na

década de 1960 que culminou na criação das três primeiras instituições interioranas do Estado e por fim, elencamos os primeiros centros de ensino superior de Maringá.

2. Pesquisa Documental e Pesquisa Bibliográfica

De acordo com Santos (2000), a pesquisa documental pode ser realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho etc, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000). Ludke e André (1986) evidenciam que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

As precauções em pesquisar arquivos históricos devem ser atentadas, pois, de acordo com Bacellar (2010), o manuseio dos papeis de arquivo requer boa dose de cuidado pois são frágeis. Devemos ter conhecimento das regras básicas da preservação de documentos, a saber: acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração. No aspecto da leitura destes documentos, em muitas ocasiões podemos encontrar dificuldades na interpretação, grafia e estado de conservação. Assim, a leitura deve ser minuciosa e precisa. O autor ressalta que um dos pontos cruciais do uso de fontes documentais reside na necessidade de se entender o texto no contexto de sua época, porém, o pesquisador não pode se submeter à sua fonte, devendo “desconfiar” delas e das intenções de quem as produziu.

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica possuem abordagens próximas, mas não idênticas. De acordo com Oliveira (2007), a diferenciação está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. No entanto, na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os

documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico.

Ainda de acordo com Oliveira (2007), a pesquisa bibliográfica é o estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, sendo a principal finalidade proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo. Gil (2002) afirma que a pesquisa ou análise é elaborada a partir de material já publicado, como livros e artigos de periódicos.

Para Ferrari (1982), a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto, comprovando que determinada hipótese não constitui objeto de estudo de outros pesquisadores. Desta forma, a pesquisa bibliográfica permite um exame mais amplo sobre o tema, com possibilidade de obter uma abordagem ou conclusão que seja inovadora.

3. O Ensino Superior no Estado do Paraná a partir da década de 1960

Até a década de 1960, o Ensino Superior no Estado do Paraná concentrava-se na capital Curitiba, com a Universidade Federal do Paraná fundada em 19 de dezembro de 1912¹ e a Pontifícia Universidade Católica criada em 14 de março de 1959 (PADILHA, 2008). Somente no final da década de 1960, por meio da Lei 6.034/69, foram criadas as três primeiras universidades estaduais interioranas do Estado: a de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG - incorporou as seguintes faculdades existente na cidade: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administrativas de Ponta Grossa. A Universidade

¹ Apesar de ter sido criada em 1912, a UFPR não funcionava nos moldes de uma Universidade. O que unia os cursos era simplesmente a Reitoria e o Conselho Universitário. Este modelo de Universidade se consistia em uma reunião de cursos isolados que tinham como ligação entre si a Reitoria, e não mecanismos acadêmicos ou administrativos, ou seja, se constituíam de instituições agregadas e não integradas. SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1991.

Estadual de Londrina – UEL - incorporou a Faculdade Estadual de Direito de Londrina, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, a Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. A Universidade Estadual de Maringá – UEM - incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá, a Faculdade de Direito de Maringá, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá e o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET)².

A Lei 5.540/68, conhecida como Lei da Reforma Universitária, fruto do acordo MEC/USAID³, ensejou a reorganização didática e administrativa para adequação das universidades ao projeto educacional da política vigente. Foram priorizados os investimentos nas áreas tecnológicas a fim de sedimentar o modelo desenvolvimentista instalado pelo Estado Autoritário. Na década de 1970, segundo Padilha (2008), as recém-criadas universidades paranaenses tiveram de se integrar à política nacional centralizadora.

Os cursos foram agrupados por áreas de conhecimento, passaram a tomar como referência o Currículo Mínimo aprovado pelo então Conselho Federal de Educação e foi instalado o regime curricular de créditos, no qual o aluno poderia escolher as disciplinas que desejasse cursar em cada semestre, respeitando os pré-requisitos.

A falta de sintonia entre a Reforma Universitária e as condições administrativas das instituições no Paraná levou a um funcionamento precário do regime de créditos, no qual o aluno determinaria o plano de estudos atendendo os pré-requisitos num rol de disciplinas obrigatórias e optativas, com prazos máximos e mínimos para conclusão dos cursos.

Segundo Padilha (2008), a política centralizadora do governo federal visava o controle por meio da legislação com o respaldo da administração local. A burocratização aumentou e os professores foram excluídos dos centros de decisão. As faculdades ficaram isoladas e a política da Universidade passou a corresponder aos objetivos do projeto educacional do regime militar.

² Existente de direito, mas não de fato pois o ICET foi criado após a criação da UEM.

³ MEC/USAID é a fusão das siglas Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID). As medidas impostas pelo acordo atingiam prioritariamente o ensino superior pelo fato dele ocupar posição estratégica no preparo de quadros técnico-profissionais brasileiros alinhados com a política norte-americana.

A racionalidade administrativa no interior das instituições levou ao aumento do controle dos órgãos centrais sobre a vida acadêmica e, no âmbito externo, o controle pelos órgãos da administração federal do ensino. O Conselho Federal de Educação se constituiu uma instância fundamental no contexto dessa cultura de controle e atuou por meio da fixação de Currículos Mínimos dos cursos de graduação. As iniciativas dos órgãos internos da universidade deveriam contar com o aval do Conselho.

Ainda de acordo com Padilha (2008), os colegiados da UEM atuaram de maneira pouco expressiva em relação a fixação dos Currículos Mínimos dos cursos de graduação, enfrentando uma indefinição no que diz respeito ao seu status institucional. A tomada de decisões acerca de assuntos relevantes permaneceu no âmbito dos departamentos ou passou a ser assumida pela administração central e/ou pelos Conselhos Superiores. Esses conselhos se limitaram à análise e encaminhamento de processos/casos que envolviam a aplicação de normas vigentes envolvendo procedimentos rotineiros. Com grande volume de trabalho e alta rotatividade na sua composição, pouco se dedicaram às questões relativas aos projetos político-pedagógicos da instituição e dos cursos.

Nos anos de 1980, as universidades paranaenses enfrentaram as dificuldades decorrentes do arrefecimento do panorama econômico do país. Nessa década, a dinâmica econômica paranaense foi mais moderada, mas continuou sendo o setor rural que concentrou a maior expansão, apesar de ser afetado pelo incipiente grau de industrialização das matérias-primas agrícolas, pela pequena capacidade de geração de renda e arrecadação de impostos, assim como pela dependência de fatores climáticos, oscilações do mercado externo e flutuações na política agrícola do governo federal. Além disso, a pouco significativa presença política do Estado no âmbito federal e a debilidade dos apoios à industrialização não promoveram a superação da condição paranaense de exportador de insumos agroindustriais e de bens de consumo não duráveis para o mercado nacional e de importador de bens de produção oriundos de São Paulo. A capacidade de produção, exportação, geração de empregos e receitas fiscais foi transferida para outras regiões.

4. As Primeiras Instituições de Ensino Superior de Maringá

A partir da década de 1940, a cultura cafeeira é introduzida no Paraná, acarretando um avanço significativo do desenvolvimento econômico que culminou na ocupação e colonização das terras da região norte. Até o final da década de 1960, o café manteve-se como o principal produto gerador de renda no estado.

Planejada por uma empresa privada, Maringá foi criada em 1947, e rapidamente tornou-se uma cidade polo e devido ao vasto crescimento populacional, viu-se necessária a implantação de maior volume de serviços básicos de uma cidade em ascensão. Um dos serviços a serem implantados era o Ensino Superior.

Com o ritmo de crescimento econômico acelerado, o estado passou a desenvolver um papel notório dentro do contexto nacional.

Era evidente o desejo de lideranças políticas, pessoas influentes e até mesmo da população de ver criada uma escola de nível superior em Maringá com a finalidade de atender ao desenvolvimento. No dia 31 de agosto de 1959, pela Lei 4.070, foi decretada a criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá.

Havia um contínuo crescimento em Maringá e notou-se a necessidade de expandir as possibilidades no ensino superior do município para atender aos interesses de políticos e pessoas influentes, e às necessidades da população residente na época, visto que muitos moradores da cidade estavam em má situação econômica devido à queda da produção do café. Dessa maneira, no dia 21 de dezembro de 1965, foi promulgada a Lei 5.304 que criou a Faculdade Estadual de Direito de Maringá.

De acordo com Sheen (2001), no município havia diversos estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário, porém, os profissionais que ali atuavam não possuíam formação adequada. Houve, assim, a necessidade de se implantar uma instituição de Ensino Superior que fosse capaz de suprir essa necessidade. No dia 24 de dezembro de 1966, foi assinado o Decreto 70.156 que criou em caráter de Fundação Estadual⁴, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá.

Foi rápido o crescimento demográfico e econômico de Maringá: em menos de vinte anos de existência, o município já possuía três estabelecimentos de Ensino Superior. Faltava a Universidade.

⁴ Instituição privada sem fins lucrativos.

Com o início do governo estadual de Paulo Pimentel em 1966, o Ensino Superior no Estado tomou novas diretrizes. Em 1968, com a promulgação da Lei da Reforma Universitária, o governo do Paraná tomou a iniciativa de criar universidades interioranas, como uma forma de expandir o Ensino Superior, até então concentrado em Curitiba.

Em 6 de Novembro de 1969, pela Lei 6.034, foram criadas as três primeiras Universidades estaduais do Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá.

As três universidades estaduais do Paraná foram criadas por Pimentel como “fundações de direito público” e, depois de instaladas, instituíram o ensino pago, até 1987, quando o Governo Álvaro Dias, através da Lei n. 8.675, de 21 de dezembro daquele ano, decretou a gratuidade do ensino nas universidades e faculdades estaduais do Paraná. (SHEEN, 2001, p. 41)

Quanto aos objetivos de uma instituição, Wanderley (2001) divide-os em duas vertentes: objetivos declarados e objetivos não declarados:

Objetivos declarados são alvos que as organizações querem alcançar, são escritos e formalmente estabelecidos nos documentos. Os objetivos declarados das instituições públicas estão vinculados aos propósitos que lhes deram origem. Esse tipo de organização formalmente é criada para prestar serviços à sociedade. Por objetivo não-declarado entendemos todo alvo desejado por indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes a uma ou mais organizações, que permanece no nível de ideia ou não, porém não é explicitado em nenhum documento, às vezes estrategicamente disfarçado, mas que influencia na tomada de decisões e de fato dá vida à organização. (WANDERLEY, 2001, p. 50 e 58)

De acordo com Sheen (2001), os objetivos declarados da Universidade Estadual de Maringá no contexto da sua criação foram demasiadamente parecidos com os objetivos de outras instituições já existentes, principalmente das universidades estaduais existentes em São Paulo e em outros Estados.

5. Resultados

Conforme observado na introdução, neste trabalho buscamos identificar ‘quais foram os primeiros centros de ensino superior interioranos no Estado do Paraná a partir da década de 1960 e quais os interesses para a expansão do ensino superior em Maringá’. Estas buscas foram atendidas a medida que podemos observar que, conforme apresentado, a criação de um centro de ensino superior não acontece de forma isolada.

A Lei 6034/69 criou as três primeiras instituições de ensino superior do estado do Paraná: Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Estadual de Maringá – UEM e Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG com o objetivo de expandir o ensino superior e desenvolver economicamente outras regiões do Estado.

De acordo com Sheen (2001), Maringá foi projetada para ser uma cidade polo de toda região noroeste do Estado do Paraná. Desta forma, com o rápido desenvolvimento econômico do município, houve a necessidade de se ter na cidade uma instituição de ensino superior que suprisse a lacuna de cargos existente no mercado de trabalho e atender ao desenvolvimento do município. Desta forma, foram criados cursos que corroboraram com profissões de cunho comercial – Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Direito e pedagógico – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sendo esta criada para suprir o quadro do ensino secundário existente na época em Maringá.

6. Considerações Finais

Em linhas gerais, vimos que a interiorização do ensino superior no Estado do Paraná teve como objetivo principal a expansão e desenvolvimento econômico de regiões não centrais do Estado.

No contexto apresentado anteriormente foi criado pela Resolução 01/70 o curso de Matemática da UEM sob a forma de Licenciatura. De acordo com Araujo Neto (2016), o curso foi criado para gerar uma abertura para os cursos de Engenharia, para desenvolver economicamente o município e para sanar as lacunas de professores do ensino secundário da região naquela época.

Em relação à formação inicial do professor de Matemática, Araujo Neto (2016) observa que apesar do curso de Matemática ser voltado para a Licenciatura, ele possuía um caráter conteudista em suas primeiras grades curriculares.

Indicamos como continuidade desta pesquisa, uma análise dos possíveis impactos que foram gerados com a criação destas instituições em âmbito local e regional e quais as suas contribuições para o desenvolvimento do Ensino Superior no Estado do Paraná.

Referências

ARAUJO NETO, Antonio Peixoto de. **Um estudo histórico do curso de matemática da Universidade Estadual de Maringá: a criação e os primeiros anos.** 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação Para Ciência e a Matemática, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2010.

BARONI, Rosa L. S.; NOBRE, Sérgio. A pesquisa em História da Matemática e suas relações com a Educação Matemática. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1999. p. 129-136.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

PADILHA, Regina Célia Habib Wipieski. **Notas sobre o trabalho docente nas universidades paranaenses nos anos de 1970 e 1980.** *Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos*, p.101-108, mar. 2008.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra. **Estado e educação no Brasil: análise histórica do contexto de criação das universidades estaduais do Paraná na década de 60.** n: _____. **Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá.** Maringá: Eduem, 2001.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro.** São Paulo: Pioneira, 1991.

TRIVIZOLI, Lucieli M.. **Sociedade de Matemática de São Paulo: Um estudo histórico-institucional.** 2008. 200 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, UNESP, Rio Claro, 2007.

WANDERLEY, Terezinha Dantas. Um estudo sobre objetivos na Universidade Estadual de Maringá. In: SHEEN, Maria Rosemary Coimbra. **Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá.** Maringá: Eduem, 2001.

1. Referências Documentais

BRASIL. Decreto nº 70.156, de 24 de dezembro de 1966. Cria a Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá

BRASIL. Lei estadual nº 4.070, de 28 de agosto de 1959. Cria a Faculdade de Ciências Econômicas de Maringá

BRASIL. Lei estadual nº 5.304, de 21 de dezembro de 1965. Cria a Faculdade Estadual de Direito de Maringá

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências

BRASIL. Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969. Cria as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá de Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba. **Atos Constitutivos da Universidade**, Curitiba

BRASIL. Resolução nº 01/70, de 26 de novembro de 1970, Maringá.